



1 **Ata da Sessão Ordinária do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil –**
2 **Seccional Tocantins – Triênio 2016/2018**

3 (7ª Sessão Ordinária)

4
5 **Data:** 16 de setembro de 2016, 14h29.

6 **Local:** Sede da Subseção de Gurupi - OAB/TO

7 Quadra 201 Norte, Conjunto II, Lotes 1 e 2, Palmas – TO

8 CNPJ: 25.086.752/0001-48

9
10
11 Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis (12/08/2016), na
12 sede da Subseção de Gurupi da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Tocantins
13 (OAB/TO), após terem sido previamente convocados, reuniram-se os membros da
14 OAB/TO eleitos para o exercício do triênio 2016/2018 (dois mil e dezesseis a dois mil e
15 dezoito): **Diretoria: Presidente** - Walter Ohofugi Junior, OAB/TO nº 392; Vice-
16 Presidente – Lucélia Maria Sabino Rodrigues, OAB/TO nº 1.439, OAB/TO nº 3.115;
17 Secretária-Geral Adjunta – Graziela Tavares de Souza Reis, OAB/TO nº 1.801 e; Diretor-
18 Tesoureiro – Luiz Renato Provenzano. **CAATO:** Presidente - Flávio de Faria Leão; Vice-
19 Presidente – Marcelo César Cordeiro. **Conselheiros Federais:** Pedro Donizete Biazotto,
20 OAB/TO nº 1228 e Adilar Daltoé, OAB/TO nº 543. **Conselheiros Estaduais Titulares:**
21 Adriana Maia de Oliveira, OAB/TO nº 3808; Alexander Ogawa da Silva Ribeiro,
22 OAB/TO nº 2.549; Carlene Lopes Cirqueira Marinho, OAB/TO nº 4029; Carlos Franciso
23 Xavier, OAB/TO nº 1622; Elaine Ayres Barros, OAB/TO nº 2.402; Elfas Cavalcante
24 Lustosa Aragão Elvas, OAB/TO nº 4096; Fábio Wazilewski, OAB/TO nº 2.000; Flaviana
25 Magna de Souza Silva Rocha, OAB/TO nº 2268; Hellen Cristina Peres da Silva, OAB/TO
26 nº 2510; Meire Aparecida de Castro Lopes, OAB/TO nº 3.716; Patrícia Pereira Barreto,
27 OAB/TO nº 2.090; Priscila Costa Martins, OAB/TO nº 4.413; Silvano Neves Avalino de
28 Souza, OAB/TO nº 1302; Willian de Borba, OAB/TO nº 2604; **Conselheiros Estaduais**
29 **Suplentes:** Andrey de Souza Pereira, OAB/TO nº 4275; Buenã Porto Salgado, OAB/TO
30 nº 4549; Cláudia Soares Bonfim, OAB/TO nº 2624; Cristiana Aparecida Santos Lopes
31 Vieira, OAB/TO nº 2608; Maurílio Pinheiro Câmara Filho, OAB/TO nº 3420; Rita de
32 Cassia Vattimo Rocha, OAB/TO nº 2808. **Ausências justificadas:** justificativas recebidas
33 dos conselheiros domiciliados no interior. O presidente abriu a sessão, cumprimentando a
34 todos e todas. Em seguida, registrou-se o quórum adequado. Aprovação das atas das
35 sessões ordinária (12.08.2016) e extraordinária (02.09.2016), com algumas poucas
36 ponderações, tais como a inclusão dos nomes dos Conselheiros Willian, Carlene, Flaviana,
37 Xavier e Edilene. Item 4 da Pauta, palavra dada ao Dr Maurílio para se manifestar sobre a
38 ACP em relação à greve dos bancários. Registrou a ajuda do jurídico da OAB e ao Dr
39 Eduardo Franco a ajuda. O Presidente esclarece que o Regulamento Geral, no seu art.
40 105, delibera que a diretoria pode ajuizar sem a manifestação do Conselho, mas,
41 democraticamente se trouxe à apreciação do Conselho. O item 3 foi retirado de pauta, item
42 que trata da exigência dos alvarás, esclarece a Conselheira Priscila que primeiramente
43 reunir-se-á com representantes do município e tentar uma medida administrativa antes de



1 qualquer possibilidade de exigência judicial. O Conselheiro Edson Lins ponderou que essa
2 matéria não seja tratada em sessão extraordinária. A Conselheira Priscila também relata o
3 item 5 da pauta, que trata da contagem de prazos processuais no sistema e-proc. Realizada
4 a leitura do relatório. Trouxe os posicionamentos dos desembargadores do TJ TO,
5 elencando os que votam pela intempestividade e tempestividade na interposição dos
6 recursos, conforme o prazo indicado pelo E-proc. Trouxe um detalhado relatório com
7 posicionamentos do STJ que indicam haver a justa causa para a reabertura do prazo
8 processual, em especial, da terceira turma. Sugere que a TI do TJ TO indique no próprio
9 *eproc* a questão do prazo. O Conselheiro Edson Lins pede esclarecimento sobre o
10 problema surgir da abertura automática ou não. O advogado Hainer pondera que não há
11 erro no sistema, que a contagem está como a lei indica. Estão contando o domingo,
12 pondera. E ainda se manifesta no sentido de que a OAB não deveria se envolver com isso.
13 Outros advogados, como o Conselheiro Maurílio, ponderam o contrário, entendendo que a
14 questão é de interpretação. A Conselheira Flaviana ponderou que leu o parecer na íntegra e
15 que confirma que há inconsistência assim (os prazos de abertura automática devem ter
16 protocolo em dia anterior). O Conselheiro Fábio esclarece que com o NCPC essa
17 discussão sofrerá a mudança, pois passa a ser muito claro que o sábado não é dia útil, por
18 força do art. 216 do NCPC. Pondera que o *eproc* não estava errado. E que agora, ainda
19 mais, a contagem do *eproc* está correta. Não reconhece a falha no sistema. Entende que é
20 uma discussão processual em sua essência e que não caberia à OAB promover essa
21 discussão. A Conselheira Priscila que o que se pretende é trazer segurança jurídica para a
22 advocacia, considerando que o *eproc* entende de uma forma, o Tribunal de outra e a
23 advocacia de outra. A Conselheira Elaine pondera que se espera um posicionamento do
24 tribunal, ou se publica no Diário; ou, o sistema será meramente informativo. O
25 Conselheiro Willian pondera que não só o sistema erra, como o serventuário também erra.
26 Concorde que a OAB deve buscar a segurança jurídica e que há essa discrepância de
27 interpretação. Elogiou o parecer da relatoria da Dra. Priscila. Defende que esteja em pauta
28 essa discussão sim. O Presidente da Subseção de Gurupi, Dr Albery, manifesta-se no
29 sentido de que a OAB deve se manifestar sim e exigir a adequação de prazos pelo *eproc*,
30 evitando degladiação processual e permitindo que o *eproc* seja alimentado de forma
31 correta. O advogado Hainer pondera que o processo deve ser confiável e que se paga caro
32 por ele. A Conselheira Adriana também elogia o trabalho da Relatora Priscila, que
33 mostrou bem a divergência dentro do próprio tribunal. E pondera ainda sobre prazos em
34 que o juiz fixa prazos e o *eproc* indica prazos diferentes, colocando à disposição casos de
35 seu escritório para ainda mais alimentar o parecer. O Dr. Walter sugere buscar no CF um
36 parecer sobre essa questão. Parecer aprovado por unanimidade. Voltando para o item 2 da
37 pauta, aprovação dos nossos balancetes. O balancete de agosto foi encaminhado ontem a
38 toda diretoria e ao Dr. Buenã, presidente da comissão de orçamentos, o Sr Adail, gerente
39 financeiro, apresenta a análise de receitas e despesas. O tesoureiro pondera que houve
40 aumento de despesas e receitas, isso porque foram atendidos os pedidos das subseções e
41 das comissões que têm realizado eventos mais sustentáveis. Justificou o deferimento das
42 passagens aéreas, para idas ao Conselho Federal, presenças essas que trazem mais recursos
43 à ordem. Adail esclareceu sobre a necessária reforma do auditório principal da OAB, o



1 forro cedeu e ficou interdito por quase dois meses, não podendo ser locado para eventos.
2 Relatou despesas outras, como uma multa do IBAMA de gestão anterior, paga nessa
3 gestão. O Presidente falou sobre a página de transparência que terá no portal, a partir de
4 outubro, demonstrando todas as despesas da OAB. Dr Walter e Dr Albery ponderam os
5 inconvenientes de se promover o baile do Rubi. Em seguida, o presidente da CAATO
6 apresenta os balancetes de fevereiro a julho de 2016. Fez referência ao plano de
7 previdência da OAB Prev e prestou outros esclarecimentos (vacinas, auxílio maternidade,
8 por exemplo). O Presidente da CAATO foi questionado pelo Conselheiro Lins sobre a
9 questão do investimento no futebol. Flávio pondera que a despesa que consome não lhe
10 parece justa com a advocacia (pondera gasto excessivo para o lazer de todos). O
11 Conselheiro Carlos Xavier pediu vistas dos processos com os balancetes indicados. Dr
12 Honorato esclarece sobre imóveis que precisam ter regularização sobre sua propriedade,
13 pedindo urgência sobre isso. Dr Walter esclarece sobre a comissão de infra-estrutura já
14 estabelecida nesses propósitos, falando sobre o projeto para reforma de todas as sedes da
15 OAB, que serão realizadas, conforme suas prioridades. Dr. Albery também pondera que a
16 CAATO deve ser assistencial e com propósitos maiores, como um avião para a CAATO,
17 por exemplo. Em seguida, o Dr. Marcelo Cordeiro, procurador de prerrogativas, se
18 manifesta acerca do tópico 6, atuação da OAB nos presídios do Estado do Tocantins,
19 especialmente na Casa de Prisão Provisória de Palmas, Cariri, Paraíso e Araguaína. Dr.
20 Adilar manifesta-se trazendo informações do Conselho Federal, especificamente o
21 ingresso de uma ADIn pelos óbices que a Receita Federal traz ao peticionamento (deve ser
22 agendado), bem como à carga de autos. Em seguida, aprovados registros e alterações de
23 sociedade, tópicos 07 a 11, Apresentação, discussão e votação de Registro de Sociedade
24 sob denominação LUZ – SOCIEDADE INDIVIDUAL ADVOCACIA; Apresentação,
25 discussão e votação de Registro de Sociedade Simples sob denominação ADVOCACIA
26 ARIMATÉA PEREIRA S/S; Apresentação, discussão e votação de Registro de Sociedade
27 sob denominação GEISIANE SOARES DOURADO ADVOGADOS ASSOCIADOS;
28 Apresentação, discussão e votação de Alteração de Registro de Sociedade Simples sob
29 denominação SERGIO RODRIGO DO VALE ADVOGADOS ASSOCIADOS;
30 Apresentação, discussão e votação de Alteração de Registro de Sociedade sob
31 denominação GOMES DE MATOS – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA.
32 Do mesmo modo, acerca da progressividade de taxas, deve ser discutido em ações
33 próprias, indicando às seccionais que façam o mesmo. Acerca dos cargos comissionados,
34 também se indica que medidas serão tomadas pela negligência em não se definir os
35 parâmetros. Também informou sobre a definição no evento acerca do nome do evento, que
36 será “advocacia” e não “do advogado”. Também acerca da Defensoria, o CF manifestou-
37 se para que haja parâmetros nas próprias leis das defensorias. O Dr Hainer pondera que
38 advogados públicos não deveriam ter a cumulação da advocacia privada com a pública. A
39 Dra. Lucélia fez constar em ata que entende que a colocação dele é um desrespeito aos
40 advogados públicos, lembrando que há vários aqui presentes. Em seguida, a Conselheira
41 Patrícia Barreto foi a relatora do recurso sobre o indeferimento de inscrição originária de
42 Rodolfo Soares Ribeiro Lopes. Entendeu pela exclusão da inscrição, negando provimento
43 ao mérito, com uma abstenção do Conselheiro Xavier. Em seguida, o Conselheiro Elfas



1 Cavalcanti lê o relatório de julgamento do recurso de Jaime Pereira de Souza, dando
2 provimento ao recurso, considerando que estava aprovado em todas as disciplinas no
3 oitavo período, esclarecendo que coube ao intérprete definir quando seria o final do curso.
4 Dra. Elaine divergiu do Conselheiro Elfás, ponderando que, há direito adquirido,
5 expectativa de direito e expectativa de fato. Esclarece que abre a divergência porque aí há
6 expectativa de fato. A posição do CF é a de que esteja no nono semestre para poder fazer o
7 concurso. Negado o provimento ao recurso. Dez votos (Elfás, Lins, Adriana, Rita, Cláudia,
8 Buenã, Meire, Patrícia, Xavier e Lucélia) com o relator e doze deles, com a divergência
9 (Elaine, Graziela, Silvany, Hellen, Willian, Priscila, Flaviana, Carlene, Fábio, Andrei,
10 Maurílio e Luiz Renato). Em seguida, o relatório da Conselheira Adriana, que pediu vistas,
11 acerca do recurso de Aldo Neto Alves Propercio, votando todos por unanimidade, tendo
12 refluído o Conselheiro Lins da divergência, considerando esse esclarecimento acerca da
13 reprovação do acadêmico na disciplina de direitos humanos, do oitavo período. Por
14 derradeiro, o presidente esclarece as mediações da OAB acerca da greve dos servidores da
15 justiça. Esgotada a pauta, eu Graziela Tavares de Souza Reis, Secretária-Geral Adjunta da
16 Seccional do Tocantins da Ordem dos Advogados do Brasil, lavrei a presente ata que na
17 sessão seguinte será lida, discutida e votada pelos presentes.

18
19
20 **Walter Ohofugi Junior**
21 Presidente

22
23
24 **Célio Henrique Magalhães Rocha**
25 Secretário-Geral

26
27
28 **Graziela Tavares de Souza Reis**
29 Secretária-Geral Adjunta